

A ARQUITETURA INTERNACIONAL E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ARQUITETURA

Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima

a.bozzi@uol.com.br

Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

Este artigo estuda a possibilidade de se instituir uma prática internacional da arquitetura em duas frentes: o conceito cunhado no início do século XX para se designar um conjunto de arquitetos, a "Arquitetura Internacional", a sua extensão e a sua possibilidade na contemporaneidade. Inicialmente, procede-se a um breve histórico das práticas arquitetônicas, para se verificar se um fenômeno tão complexo como é a internacionalização da arquitetura se produziu em alguma época da História do Ocidente. Este gênero de reflexão nos conduz, naturalmente, ao sistema de trabalho que cercava a construção das catedrais góticas na Europa Ocidental da Idade Média, à despeito das regras mais ou menos rígidas que colocavam ordem no regime de trabalho medieval. Posteriormente, analisa-se o artigo de Vilanova Artigas sobre o sistema de medida proposto por Le Corbusier, o *Modulor*. Ao apresentar o seu sistema de medida como um universal *a priori*, como uma possibilidade de unificação dos sistemas de medida, Le Corbusier é criticado pelo arquiteto brasileiro, que logra enxergar no *Modulor* o amargo sinal dos tempos: a extinção de todas as barreiras que impediam a penetração do capital americano. Neste sentido, e de acordo com a ótica de Artigas, a *internacionalização da arquitetura* significa, mais profundamente, a *internacionalização do capital*.

1. INTRODUÇÃO

No início do século XX uma parte do movimento modernista foi designada pelo conceito de "Arquitetura Internacional". Este conceito englobava, então, arquitetos das mais diversas nacionalidades, e que apresentavam, nos seus projetos e propostas, alguns elementos que se repetiam e se sobrepunham. Em um determinado momento, como por ocasião da exposição de , na Alemanha, arquitetos de formação e origens tão diferentes, como o franco-suíço Le Corbusier, o alemão Gropius, e o Meyer, apresentaram edificações que poderiam ser compreendidas a partir da mesma perspectiva conceitual. Esta coincidência estética e programática nos faz, quase necessariamente, refletir sobre a possibilidade de conceber uma arquitetura verdadeiramente internacional, isto é, uma prática profissional sem fronteiras, definida através de um mínimo de regras, ou, mesmo, de uma estética arquitetônica internacionalmente partilhada, fruto do acaso ou de "algo inefável" a qual poderíamos chamar, como fazem os franceses, de *l'air du temps*.

Mas, para fazer face a estas questões, seria necessário estabelecer, inicialmente, algumas reflexões de ordem teórica. Neste sentido, as questões que se nos apresentam são tão fundamentais quanto claras: quais seriam as implicações de uma "internacionalização da arquitetura", e o que este termo significaria em um mundo tomado pelo conceito de "globalização" — tomado mais pelo conceito do que pela "coisa conceituada"... À guisa de experimentação poderíamos imaginar algumas possibilidades para refletir este conceito na prática da arquitetura no mundo ocidental, e, a partir destas possibilidades, instaurar uma

esfera de compreensibilidade mais nítida.

A primeira possibilidade a ser explorada é a internacionalização do próprio ofício de arquiteto. Isto é, a partir de um currículo mínimo partilhado por diversos países, os profissionais formados poderiam se colocar para além das fronteiras jurídicas e lingüísticas, ou trabalhando em empresas transnacionais nos mais diversos países, ou captando clientes diretamente nestes países, ou, ainda, participando de concursos. Uma vez que o problema de uma formação comum, ou, ao menos, semelhante, fosse colocado e resolvido, poder-se-ia conceber perfeitamente uma internacionalização da prática arquitetônica. Ora, isto ocorreu ao menos uma vez na História da arquitetura: os artesãos e mestres construtores da Idade Média, cujo ofício se formou a partir da regulamentação forjada nas Lojas e Guildas, viajavam para várias regiões do continente europeu levando consigo séculos de experiência e de tradição construtiva. No entanto, este exemplo, ainda que seja paradigmático, talvez não seja válido para se pensar a realidade contemporânea, uma vez que esta internacionalização se formou antes da própria formação dos Estados nacionais. Como se sabe, as fronteiras entre as regiões que, mais tarde, formaram os Estados nacionais europeus foram, durante a maior parte da Idade Média, relativamente permeáveis. Além disto, havia, na Europa de então, uma língua franca que possibilitava a comunicação entre as classes instruídas das mais variadas regiões lingüísticas: o latim. Esta língua não apenas era largamente praticada, mas era a língua “científica” por excelência em um mundo em que não havia se formado ainda o conceito de “língua nacional”.

Além do mais, a prática arquitetônica nunca esteve seriamente restrita em termos de nacionalidade — devemos lembrar, a este respeito, o convite que Bernini recebeu do Reino da França para a realização do projeto do Louvre, já no século XVII. Ainda que o seu projeto tenha sido preterido em benefício de uma construção “mais francesa”, é um exemplo bastante interessante de um arquiteto cuja prática profissional viajou tão longe quanto a sua própria celebridade. E, neste caso, já está se tratando de um mundo fechado em suas inúmeras fronteiras nacionais.

Exemplos como este não são escassos, ao contrário, houve não poucos casos de arquitetos que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, lograram ultrapassar a sua própria nacionalidade. Mesmo no século XX, exemplos do que seria uma prática profissional internacional não faltam: pode-se citar o suíço Le Corbusier, que projetou apenas esporadicamente para a sua terra natal, assim como é digna de nota a aventura japonesa de Frank Lloyd Wrigth. Os emigrados alemães, como Mies van der Rohe e Gropius, são igualmente exemplos de uma prática arquitetônica internacional. Como se pode perceber, talvez fosse mais prudente pensar a inserção do arquiteto em uma comunidade mais ampla: a do próprio homem, *tout court*.

No entanto, uma questão vem perturbar o nosso raciocínio e colocar-nos face a um outro desafio teórico: estamos, ainda, tratando de exceções... Ora, nem Bernini, nem os modernistas do século XX podem ser considerados ao lado de uma maioria de arquitetos esforçados e anônimos, assim como não é possível pensar a totalidade a partir do que é, claramente, uma pequena parte. Nem a História geral, nem a História da arquitetura deveriam ser narrativas construídas a partir de exceções e de acontecimentos esporádicos e incertos.

Voltemos, então, à questão da internacionalização da prática arquitetônica. Se existiu uma tal internacionalização durante uma grande parte da Idade Média, as transformações na estrutura de produção (assim como na própria estrutura do trabalho) colocaram-lhe sérios entraves, dificultando o trabalho que ultrapassasse certos limites geográficos. Primeiramente, porque tornou o ofício do artesão medieval um trabalho manufatureiro sem muita qualificação, dificultando a sua organização nos moldes das Lojas e Guildas. Isto implicou a perda do comando por parte do trabalhador, no que se refere às decisões que envolviam a produção econômica. Além disto, as barreiras alfandegárias transformaram-se, rapidamente, em fronteiras tipicamente nacionais. E havia a própria questão lingüística: cedo os monarcas europeus perceberam que o idioma é, sobretudo, uma questão política. Assim, algumas línguas de alcance apenas local foram transformadas em língua jurídica e administrativa, portanto, em "língua nacional". A este respeito há dois exemplos que são bastante elucidativos: a tradução da Bíblia para o alemão, tarefa empreendida, como se sabe, por Martinho Lutero, no século XVI, e a publicação em francês do *Discurso do método*, também no século XVI, por Descartes. A partir de então, o latim perde cada vez mais força como língua de divulgação científica, sendo substituído, paulatinamente, pelo francês, graças à força da monarquia francesa no continente (um exemplo interessante desta substituição: Leibniz, filósofo alemão do século XVII, escrevia em francês...).

Logo, é possível inferir que a internacionalização da prática arquitetônica teve o seu fim decretado pelo surgimento desta nova forma de organizar as forças produtivas surgida no final da Idade Média, o capitalismo. E, como este não aparenta estar com os seus dias contados, e como, além disto, tornou-se hegemônico globalmente a partir da interrupção da experiência do "socialismo real" no leste europeu, a única perspectiva possível (e provável) para se refletir *hoje* a internacionalização da arquitetura é o próprio capitalismo. Assim, e se esta última asserção é correta, a única conclusão possível é que a internacionalização da prática arquitetônica permanecerá uma exceção dirigida a partir do domínio da produção.

Não é possível, então, pensar um currículo universitário partilhado por vários países porque o desenvolvimento das suas forças produtivas é extraordinariamente diferente... Mas, retorquir-se-á com o fato de que as causas para esta impossibilidade serem mais propriamente culturais e climáticas do que econômicas... Contudo, não se deve esquecer que, nas poucas vezes em que esta internacionalização se produziu, as questões culturais, geográficas e climáticas foram eclipsadas em função de uma razão mais forte... E qual seria esta razão? Não foi, certamente, a curiosidade intelectual de certos povos para com outros, nem uma particular preferência estética; a razão mais forte se anuncia claramente: uma manifestação artística como a arquitetura, que depende de investimentos de vulto, está cada vez mais ligada às questões de ordem econômica. Expliquemo-nos melhor: quando um arquiteto se torna "internacional", isto é, quando consegue internacionalizar a sua prática profissional, o que ele realmente faz é emprestar o seu "gênio local" à uma produção econômica cada vez mais internacional. Ora, técnicos e dirigentes empresariais tornaram-se internacionais, estando a sua prática profissional diretamente ligada à produção, mas igualmente tornaram-se internacionais publicitários e arquitetos... Um edifício sede de uma empresa, localizado nos Estados Unidos ou na Europa, e projetado por Tadao Ando, Oscar Niemeyer ou Cesar Pelli, não é muito diferente, em termos de eficácia ideológica, de uma publicidade desta mesma empresa. E isto está longe de implicar a homogeneidade de

currículos. Trata-se de uma questão de investimento.

Uma outra questão importante é o desaparecimento de uma língua franca de alcance universal, como o foi o latim durante a Idade Média, que possibilitava um intercâmbio cultural mais profundo. Mas, não seria esta língua, hoje, o inglês? Sabe-se que, em muitos países nos quais a língua materna não é considerada "internacional", os pesquisadores adotaram o inglês como língua de transmissão de conhecimentos. Os pesquisadores holandeses, por exemplo, já escrevem diretamente em Inglês, uma vez que os falantes de neerlandês restringem-se à própria população do país, que é, como se sabe, pouco numerosa. Os povos escandinavos, um outro bom exemplo, por terem uma população reduzida e por falarem línguas muito diferentes entre si, adotaram o idioma inglês para comunicarem-se. No entanto, a língua falada pelos americanos não parece demonstrar a mesma vitalidade do latim, e nem a mesma vocação universal. A explicação para este fato é simples: enquanto o latim estava amparado por uma instituição cuja ideologia era universal, e cuja universalidade realmente realizou-se — encontram-se cristãos em praticamente todas as partes do mundo —, o inglês depende da hegemonia americana. Ora, esta hegemonia é econômica e militar, isto é, ou é uma questão de comércio, ou se trata, simplesmente, de povos militarmente subjugados, que fazem uso deste idioma para se comunicarem com o invasor. É uma dominação que visa o corpo, que se anuncia claramente como "material", e cuja primazia cessa com o fim do domínio. Isto é diametralmente oposto das conquistas territoriais do cristianismo, cujas batalhas davam-se no domínio do *espiritual*, ainda que estivessem visando a bolsa dos fiéis. Quanto àqueles que dominam o idioma inglês por "diletantismo", o fazem no sentido de se investirem do prestígio da língua falada pelos dominadores. Algo bastante parecido se passou com a língua francesa no século XIX: as classes dirigentes dos países dominados por Napoleão Bonaparte passaram a se servir, e até no ambiente doméstico, do francês, abandonando a língua materna. As elites flamengas comandavam em flamengo mas falavam entre si em francês, ao passo que as classes dominadas desta região se restringiam a alguns rudimentos desta língua, mas falavam realmente a "língua do povo". Quando as condições que sustentavam esta situação deixaram de existir — a democracia burguesa, que deu certa visibilidade política aos apelos das classes dominadas, a perda de prestígio e a decadência econômica da França — o francês tornou-se apenas mais uma língua estrangeira, refúgio dos saudosistas de uma dominação passada. Pode-se imaginar que o mesmo processo se produza com o idioma inglês, ou seja, a sua posição de língua franca desaparecerá logo que as condições materiais que a possibilitaram cessem de existir.

Logo, não há nenhuma possibilidade de imaginar uma prática internacional para a arquitetura que não seja excepcional e rara, reservada àqueles que estão mais próximos das classes dirigentes internacionais. O modo de produção capitalista permite a existência de uma classe internacional, como os altos funcionários das empresas transnacionais, mas depende, para o seu bom funcionamento, do cumprimento — mais ou menos rigoroso, segundo as circunstâncias de cada período — de "regras de fronteira e nacionalidade". Assim, certos arquitetos tornam-se internacionais menos por "mérito próprio" ou por uma abertura incondicional do sistema, do que por serem úteis e utilizáveis na produção de "belas imagens publicitárias".

Definido este ponto, uma outra possibilidade de internacionalização a ser refletida é uma "mundialização" estética da arquitetura. Devemos, inicialmente, traçar os contornos, necessariamente imprecisos, de um tal conceito. Então, o que significaria uma "estética internacional" pensada para a nossa época? Poderíamos afirmar que se trata de um conjunto de propostas estéticas e de práticas construtivas — estamos separando estes dois domínios apenas para facilitar a nossa exposição — partilhado por um número suficientemente grande de profissionais espalhados em diversos países. Mas como este conjunto alcançaria os profissionais? Os meios de comunicação são, na realidade, o elemento responsável pela disseminação destas propostas e práticas. Assim, revistas, livros, jornais, os programas televisivos, e, mais recentemente, a internet, colocariam estudantes e profissionais em contato com uma produção arquitetônica internacional. Mas, o que realmente exibem estes veículos de comunicação? Uma simples consulta à uma revista brasileira de arquitetura nos mostraria um conjunto de obras, realizadas tanto por arquitetos brasileiros quanto por estrangeiros, e que são bastante assemelhadas entre si. O que isto indicaria? Que toda a produção arquitetônica internacional é feita tendo-se em mente as tais propostas e práticas? Ou será que a escolha do que se publica é dirigida para o semelhante, para o que pode ser compreendido por todos aqueles que conhecem e dominam as propostas e práticas? E, ainda, por que algumas construções são publicadas e outras, ao contrário, são completamente ignoradas? Quais são os critérios de seleção de que a mídia se utiliza para “separar” o que será exibido do que não merece exibição?

Ora, se continuarmos com a consulta à nossa hipotética revista, veremos que a seleção do que será ou não publicado tem uma relação bastante estreita com a medida, com a escala da obra. Grandes edificações, públicas e, principalmente, privadas, têm espaço de publicação garantido. É claro que este fato depende menos das "qualidades inatas" da obra — e é esta a metafísica legitimadora dos editores — do que do prestígio social e do poder econômico da instituição e da empresa. Ora, recaímos na questão econômica... Mas, como não apontar as determinações econômicas de fatos que somente os muito tolos tomam por manifestações puramente estéticas? Como se sabe, apenas grandes empresas têm o capital necessário para pagar as dispendiosas práticas construtivas e propostas estéticas que obedecem aos preceitos da "estética internacional". A conclusão é evidente: ao se exibir grandes obras que se apresentam esteticamente conforme o esperado — e devido —, cria-se um mecanismo autoreprodutor em que arquitetos e clientes desejam aquele tipo de edificação porque esta já teria passado pelo crivo selecionador das publicações especializadas, e porque sabem que as revistas publicam — preferencialmente — aquele tipo de arquitetura.

Outro tipo de edificação ou projeto publicado é aqueles de autoria dos "arquitetos canônicos" — é o que, em lógica, se chama "argumento de autoridade"... Mas, há uma pergunta tão inquietante quanto legítima: "canônico" desde qual perspectiva? Isto é, qual é o sistema, ou saber, que legitima estas escolhas? Se abandonarmos conceitos de extração formalista ou metafísica, como "beleza" e "harmonia" (estamos denominando-os metafísicos porque os seus fundamentos e origem raramente são explicitados) poderemos procurar inserir a arquitetura em um sistema socialmente mais amplo. Assim como é evidente que a arquitetura celebrada nestas publicações é, em relação à totalidade construtiva de qualquer país, uma produção de exceção, é, ao mesmo tempo, uma

mercadoria qualquer, destinada ao mercado, que acaba se tornando o seu *motor imóvel*.

O que se procurou refletir, nestas páginas, é o mecanismo auto-reprodutivo em que apenas um tipo de arquitetura, a mais dispendiosa, e, portanto, a mais rara, é elevada à condição de paradigma estético, quando, na realidade, é um paradigma econômico. Assim, sob este ponto de vista, a "internacionalização da arquitetura", tomada como prática ou como projeto estético, não passa de uma falácia, uma ideologia que perpetua a inferioridade de certos países face a outros países.

2. ARTIGAS E A SUA CRÍTICA AO "IMPERIALISMO" DE LE CORBUSIER

Vilanova Artigas, em um conhecido artigo, *Le Corbusier e o imperialismo*, aborda a questão tratada por nós, isto é, a internacionalização da arquitetura. Refletindo a questão da existência de dois sistemas de medida, o pé-polegada praticado nos países anglo-saxões e o sistema métrico-decimal, Artigas critica a proposta de Le Corbusier da criação de um terceiro sistema, o *Modulor*, julgando-o inapropriado e ineficaz. Mas a questão principal levantada pelo nosso autor não é técnica, é política: o *Modulor* seria apenas uma vã tentativa de resolver questões que poderiam ser resolvidas unicamente no campo da prática, da ação. Isto é, considerando o modo de produção capitalista como um todo, e não somente a partir da perspectiva de um único país, a existência de dois sistemas de medida é uma determinação do próprio sistema, e não um "defeito" que deva ser "corrigido". Neste sentido, a reforma proposta pelo arquiteto franco-suíço esbarraria nas suas próprias contradições: por que um único sistema e não dois? E por que o *Modulor* e não um outro sistema de medida qualquer? Ou seja, qual seria a origem desta pretensa "superioridade" do sistema corbusiano?

Vamos, a seguir, tentar responder a estas questões, as quais nos remetem imediatamente às críticas de Artigas dirigidas à proposta de Le Corbusier. Inicialmente, convém pensar a primeira "contradição": a necessidade de unificar o sistema. Ora, Le Corbusier insiste no fato de que a existência de sistemas de medida é um embaraço para a produção industrial, e, sobretudo, para a elaboração dos materiais de construção. Nada mais verdadeiro, como reconhece o próprio Artigas (1981, p. 55). No entanto, a quem beneficiaria a unificação do sistema? Segundo o arquiteto brasileiro isto não beneficiaria senão a indústria dos países ocidentais, e, principalmente, dos Estados Unidos. Assim, a indústria destes países estaria apta a exportar a sua produção para todos os países, sem passar por um processo, naturalmente dispendioso, de adequação ao sistema de medida local. Trata-se, como se pode facilmente perceber, de uma questão que aparentemente se liga às pretensas vantagens da internacionalização da prática arquitetônica, mas que está profundamente ligada à eficácia da indústria no sistema capitalista.

Em suma, a questão abordada pelo arquiteto franco-suíço estaria mal colocada, posto que não se trata de uma questão técnica, mas política. O *Modulor* não solucionaria o problema, não porque seja tecnicamente inapropriado, mas porque a sua aplicação dependeria de uma adesão quase unânime por parte da indústria dos países ocidentais. Esta adesão, como se sabe, jamais ocorreu, e apenas a ingenuidade de Le Corbusier fez com que ele acreditasse que ela poderia ocorrer. A conhecida definição de técnica do arquiteto franco-suíço, que a compreendia como um valor neutro de alcance universal, está na base

deste pensamento. Mas, para a sua decepção, pouco importa para o funcionamento do capitalismo se há apenas um sistema de medida, ou se são dois ou três, uma vez que a indústria acabará por encontrar uma solução política para o problema.

A segunda "contradição" mostra claramente a intenção de Le Corbusier, um tanto pretenciosa, de reformar o modo de produção capitalista a partir do seu interior. O *Modulor* faria parte deste projeto, e a sua superioridade intelectual sobre os outros sistemas residiria na sua gênese: tratar-se-ia de sistema de medida humano, concebido a partir da escala do homem. Portanto, Le Corbusier retira a noção de excelência da sua proposta do pensamento humanista. Mas por que o humanismo seria um valor positivo *per se*? E por que criar um sistema de medida a partir das medidas de um homem hipoteticamente concebido seria humanismo? Ora, os instrumentos medievais de tortura levavam em conta a escala do homem — eram, então, humanistas?... Além disto, qual é a natureza deste humanismo? Cristão? Existencialista? Como se pode perceber, é necessário uma adesão absoluta a este universo simplista de valores para que se aceite o *Modulor* como um sistema de medida válido. Esta adesão, porém, não se produziu. Os capitalistas podem ser chamados por muitos nomes, alguns, inclusive, nada lisonjeiros, mas não são, em absoluto, ingênuos... Para que o *Modulor* fosse efetivamente adotado seria necessário que os capitalistas fossem ingênuos ao ponto de transformar inteiramente a sua produção porque um europeu exótico resolveu criar um sistema "prático" e, ao mesmo tempo, "humanista". Desejar mudar o mundo a partir de abstrações de prancheta dificilmente leva a resultados efetivos.

A crítica empreendida por Artigas é, neste sentido, justa: reformas estéticas como o *Modulor* acabam se restringindo à superfície incerta das questões, e não penetrando o interior do sistema, sendo assim, não o superam, apenas o transformam ligeiramente. O fracasso do *Modulor* (assim como o das *Unités d'Habitation*) é o índice mais seguro de que a visão dos reformistas é, já na sua base, equivocada e ingênua: a técnica, ao contrário do que acreditava Le Corbusier, não é nem universal nem neutra. É apenas uma forma de pensar o mundo partilhada por uma fração da humanidade.

No entanto, algumas das críticas de Artigas devem ser creditadas mais ao clima político da época na qual o artigo foi escrito — início da década de 50 — do que à determinações solidamente refletidas. Observemos, a este respeito, como o arquiteto brasileiro define a atuação política de Le Corbusier: "E aos poucos vai aparecendo Le Corbusier — o homem, o intelectual apolítico e, como tal, a serviço do imperialismo, mesmo que isto implique em renegar o seu próprio povo" (1981, p. 58).

E, mais adiante: "Nada mais sobre a ocupação. A pátria invadida pelas hordas nazistas, 78.000 fuzilados só entre os comunistas, nada inspira uma só palavra de revolta" (1981, p. 58). Pensar a atuação política de Le Corbusier a partir de uma determinação de nacionalidade é certamente mais complexo do que imaginava Artigas. Ora, ainda que Le Corbusier tenha alcançado a nacionalidade francesa já em 1930, nove anos antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, não se pode pensá-lo como um francês *tout court*... Sabe-se que a nacionalidade francesa do arquiteto franco-suíço se deve mais a uma questão de francofonia do que de um pretenso "amor à pátria de adoção". Seria necessário, portanto, compreender Le Corbusier tanto pela perspectiva de um suíço de nascimento quanto pela

de um francês de adoção. Sob este aspecto, é importante compreender o estatuto político da Suíça para refletir e compreender a atuação política do arquiteto franco-suíço. Ora, a Suíça foi um dos poucos países europeus que não teve o seu território invadido pelas tais "hordas nazistas", e, sendo uma entidade política na qual convivem quatro diferentes comunidades lingüísticas, é — como o próprio Le Corbusier é "apolítico" — o país neutro por excelência. Além disto, a afirmação de que não combater os soldados alemães invasores seria "renegar seu próprio povo" é, para além do maniqueísmo explícito desta visão, bastante perigoso, porque reveste de uma aparência simplificadora questões que são, na realidade, bastante complexas. Havia, na França de então, um governo legalmente instalado na cidade de Vichy, e, por mais que o Marechal Pétain fosse um "fantoche a serviço dos nazistas", ainda assim era o governo legal da França. Mas, como a História é narrada retrospectivamente, ao passo que se vive prospectivamente, nunca se sabe se o lado escolhido será aquele que vencerá, tornando-se, posteriormente, responsável pela glória de tecer as tramas da narrativa. Talvez Artigas preferisse um Le Corbusier heróico, um francês de aparência gaulesa, a lutar pelo seu "povo" e pela sua "pátria". Um Le Corbusier idealizado que teria cumprido a contento o seu papel, distante daquele outro Le Corbusier, um "expatriado" que vivia em um país ocupado.

3. CONCLUSÃO

Analisamos, nestas breves páginas, uma questão que consideramos instigante: a internacionalização da arquitetura como prática profissional e como projeto estético. Como vimos, tratá-la como uma possibilidade *per se*, desconhecendo ou desprezando uma totalidade que se apresenta como um conjunto de relações sociais, é uma falácia perigosa. Caso apresentássemos questões políticas como questões técnicas supostamente neutras e universais, arriscaríamos-nos a cometer os mesmos erros de Le Corbusier.

Tivemos a oportunidade de verificar como, na realidade, a possibilidade de uma prática arquitetônica sem fronteiras resvala no modo de produção capitalista, o qual necessita das fronteiras como necessita de uma ordem nos processos produtivos. A estrutura física de uma fábrica — ambiente de limpeza, ajuste, correção e disciplina — parece espalhar-se pelos países capitalistas, construindo espaços restritos e fechados, cuja única liberdade absoluta é a circulação do próprio capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIGAS, Vilanova. *Caminhos da arquitetura*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.